

EDUCAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA PARTIDÁRIA: RELATOS E DISCUSSÕES

Deise Bastos de Araújo

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Gisele Ferreira Amorim

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

RESUMO: É indispensável discutir a política partidária nos espaços educacionais, pois diante de realidades existentes em diferentes partes do país, isto ocorre com intencionalidades que deturpam o papel democrático e social da escola e que reflete diretamente nas práxis pedagógicas e na formação dos educandos. Diante disto, este relato objetiva apresentar experiências e proporcionar reflexões sobre os impactos da política partidária no processo de ensino e aprendizagem de crianças, adolescentes e a comunidade na qual circundo-as. Em que foi possível concluir que há a necessidade das escolas blindarem-se quanto às influências negativas da Política Partidária, que beneficia um conjunto de pessoas, com intuítos meramente capitalistas e de poder, que afetam diretamente na garantia da qualidade de ensino/aprendizagem, deturpando os direitos das crianças e adolescentes, conquistados até então com muita luta social.

Palavras-chave: Educação Pública. Política Partidária. Relatos.

1 INTRODUÇÃO

A educação pode ser compreendida como uma necessidade humana de progredir enquanto ser coletivo e social, de construir pontes para o conhecimento e compreensão de si e do outro, diante do mundo em que vive.

Deste modo, sendo um instrumento essencial para a formação cidadã, ampliando olhares para os diferentes fatos e fenômenos existentes cotidianamente e que na instituições de ensino, esta deve ser conduzida de maneira ética e responsável de igual maneira para as diferentes classes sociais.

Assim, podendo ser também considerada como ato político, que demanda participação direta dos diferentes grupos sociais, com o objetivo principal de promover com qualidade ações e reflexões que colaborem para emancipação humana. O que difere-se, da dominação e do intuito de elitizar as escolas brasileiras, que embora o Brasil seja reconhecido legalmente como

território em que instituiu a democracia, muitos ainda são os desafios para a concretização e permanência deste direito conquistado a partir de muitas lutas.

Portanto, discutir a política partidária nestes espaços, torna-se indispensável frente a realidades existentes em diferentes partes do país, em que é possível pensar sobre as intenções de quem detém o poder de gerenciar e administrar Unidades de Ensino de diferentes segmentos e de como esta intencionalidade reflexe na práxis pedagógica e formação dos educandos.

Os relatos a seguir, estão baseados na vivência docente em Escolas Públicas municipais na cidade de Bom Jesus da Lapa-BA, fazendo um recorte de fatos que ocorreram a partir do ano de 2012 até o corrente ano. Além disto, discutindo teoricamente com autores que corroboram com estudos e pesquisas inerentes a este contexto.

No ensejo, é preciso ressaltar que o objetivo deste estudo é apresentar experiências e proporcionar reflexões sobre os impactos da política partidária no processo de ensino e aprendizagem de crianças, adolescentes e a comunidade na qual circundo-as

2 A ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL

A princípio, é importante destacar que a escola pública é uma instituição regida por Lei e segue padrões de normatização que subsidiam as práticas internas e que não deve pertencer somente aos líderes de gestão, ou seja, a escola pública é do povo e para o povo.

Destarte, esta instituição deve proporcionar a democracia e ser acessível aos que dela necessitam frequentar, visitar e contribuir de diversas maneiras, mantendo a valorização da escola a partir da contribuição social no processo de construção do saber científico e elevando a cultura das camadas populares, atentando-se para a participação coletiva nesse processo (LIBÂNEO, 1990).

Pois, haja vista que a educação pública parte do pressuposto de que, conforme consta no Artigo 205 Constituição Federal (1988):

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Diante disto, a democratização da sociedade no contexto da escola pública, há tempos tem despertado estudos, pesquisas e análises de diferentes seguimentos, tendo como participantes, estudiosos, pesquisadores, movimentos sociais, sindicatos, dentre outros, travando embates e buscas incessantes em prol da disseminação efetiva desta luta.

Mas, para que isto ocorra, se faz necessário um sistema escolar público de qualidade e que oferte, sem distinção, às crianças e jovens brasileiros as mesmas oportunidades de aprendizagem e formação crítica (BITTAR; BITTAR, 2012).

Todavia, estas perspectivas de ensino estão distante da real situação na qual encontram-se grande parte das Instituições de Ensino brasileiras, em que nas últimas décadas o que vem ocorrendo é que estas adotam o modelo tradicional e autoritário de ensino, que reflete no insucesso da educação, que exclui, reprova, discrimina, nega, etc. (LIBÂNEO, 2012).

Mediante ao mencionado, é preciso mobilizar ações que promovam a ruptura desta prática errônea de se fazer educação no país é fundamental a organização e união das classes interessadas em mudar esta realidade, assim Libâneo (2011), sugere que:

[...] do ponto de vista político, das estratégias de ação, os educadores precisam articular-se em torno de uma frente ampla formada por pesquisadores, diretores de escolas, militantes de entidades e associações, que chegue a um consenso mínimo sobre quais políticas educativas são mais efetivas para a sociedade, que tipo de escola se deseja, que perfil de alunos se quer formar, que necessidades são postas pela realidade escolar e das salas de aula. É preciso retomar com mais vontade política aqueles ideais propostos pela Associação Nacional de Educação (ANDE) no início dos anos 1980, retomando a bandeira que, paradoxalmente, foi assumida pelo empresariado no movimento Todos pela Educação (LIBÂNEO, 2011, p. 11).

Assim sendo, um caminho complexo e de longo prazo, que deve ser visto como prioritário no alcance dos ideais supracitados no enfrentamento de uma concepção de escola remota e distante do seu papel perante a sociedade.

E, que segundo a concepção marxista, a escola surgiu como privilégio das elites que expandiu para o povo, mediante interesse de dominação e da fusão entre valores dominantes e os interesses dos proprietários dos meios de produção (SAVIANI, 2011), ou seja, séculos depois e a escola ainda não emancipou-se, em sua totalidade, desta dominância política autocrática.

Embora, fala-se muito da evolução gradativa da educação e das conquistas democráticas no território tupiniquim, ainda não há, uma permanente constância e predominância deste progresso, concomitante a isto, Seffner (2017), aponta que:

O Brasil não teve, em seus mais de 500 anos de história, mais do que poucos momentos de regimes democráticos. A partir da Constituição Federal de 1988 estamos vivendo talvez o mais intenso período democrático, mas que já dá mostras de perda de vigor, com as constantes quebras das garantias constitucionais. A vida na democracia é um bem raro na trajetória dos brasileiros (SEFFNER, p. 11, 2017).

E referindo ao contexto das escolas públicas, quando a democracia é velada pelos interesses de dominação, o que seria a apropriação do conhecimento sobre a herança cultural

construída ao longo dos tempos, passa a ter o viés de mercadoria e de produção, para a potencialização do capitalismo, em que:

[...] a escola se vê tomada cada vez mais pela visão e pelas regras de funcionamento do mercado e da competição, completamente contrárias ao desenvolvimento educativo identificado com a emancipação humano histórica e com a convivência social pacífica e cooperativa (PARO, p. 22, 2002).

Outrossim, esta descaracterização pode ser interpretada de diversas maneiras, mas na oportunidade, destaca-se o intuito das classes dominantes em permanecerem em supremacia diante das demais camadas sociais, o que afeta diretamente a classe trabalhadora, justamente a classe que compõem o maior público presentes nas escolas brasileiras.

Haja vista que, quando o senso crítico é deturpado dos menos favorecidos em direitos, percebe-se a pretensão para que estes não rebelem-se contra o sistema que os exploram, trata-se de ideais perversos e que não podem perdurar por mais décadas, ou até mesmo séculos à frente.

Assim sendo, uma luta de classes histórica e que tende a perdurar, especialmente por parte da militância, estudiosos, pesquisadores e grupos/instituições, que defendem a teoria marxista. Na qual, possuem viés ideológico que vai na contramão do perfil neoliberal e que reconhece a escola em sua função social de potencializar e valorizar o desenvolvimento da capacidade científica, artística e filosófica, contrapondo a função atribuída pela burguesia de moldar a subjetividade humana para o acúmulo de riquezas para a própria classe burguesa (TAFFAREL, 2013).

Neste caso, a educação não pode ficar restrita apenas às salas de aula, é preciso que ela seja expandida para outros espaços, não sendo apenas terreno exclusivo da pedagogia, ela tem que ser aberta ao mundo, direcionada para a ruptura puramente capitalista assumindo o seu papel político pedagógico (MÉSZÁROS, 2005).

3 RELATOS E DISCUSSÕES

Considerando que, viver é um ato político e que ela permeia as práticas cotidianas, é compreender, o quão intrínseco está a política para com a sociedade, não distante disto, também estão as instituições educacionais.

Neste pressuposto, vale considerar que a escola deve contextualizar, discutir e refletir sobre os diferentes tipos de políticas, o que a escola não pode ser é confundida como palanque eleitoral de determinados partidos.

Todavia, nem sempre este viés é levado em consideração, pois existem muitas facetas que envolvem este contexto, em que, muitas escolas do território nacional são alvos destes desdobramentos antiéticos.

Isto fica em evidência, quando líderes políticos decidem pintar as paredes das escolas com a cor de seu partido, mais grave ainda, quando antes do término pleito eleitoral, muda-se o partido, muda-se a cor da escola, sem se quer, pensar sobre as escolhas coletivas, que devem ser pensadas e eleitas pela maioria, não sendo a escola o “quintal da casa” de ninguém.

Sobretudo, esta abertura também justifica-se pela cultura instituída historicamente no país, em que não se tem, em grande maioria, no eleitorado representações do proletariado e semiproletariado (SODRÉ, 1962).

E, devido ao fato de que a Escola deve ser autônoma e reflexiva, a escola tem vida e está em constante movimento, devendo esta, “posicionar-se dinamicamente, aproveitando as sinergias oriundas das interações com a sociedade e com as outras instituições e fomentando, em seu seio, interações interpessoais” (ALARCÃO, p. 15, 2001).

Para que assim, a cultura do eleitorado, seja reconstruída e repensada, dando mais força para representações que lutem pelos direitos da maioria numérica, que pertence ao povo. E isto parte, do senso crítico de promover dentro e fora das escolas eleições conscientes.

Maioria esta, que é composta por alunos, famílias, professores, colaboradores, etc., que quando manifestam e recorrem aos líderes políticos diante da necessidade de reformas, mudanças, apoio, nem sempre são ouvidos e atendidos, onde esbarram-se em burocracias e lentidão de execução, ou seja, muda-se o olhar dos superiores em resolver as problemáticas.

Contradizendo então, a ideia de que a política precisa ser fomentada a partir da reciprocidade, de linhas de condutas coletivas, afim de cooperar para o melhoria e elaboração de políticas em prol dos atores de qualquer segmento (SCHMITTER, 1965).

Outro ponto a ser enfatizado, é o direcionamento de cargos de gestão partir de indicação de políticos e não de eleição, fomentando assim os cargos comissionados, que são tão bem visto por representantes políticos, pelo “poder” de empregabilidade e votos de confiança.

Divergindo assim, do que consta na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), em que apontam a participação da comunidade escolar, através de eleições diretas na escolha da equipe gestora escolar.

Ainda que a eleição escolar não dê a total garantia de efetivação da democracia, mas esta em si já é uma atitude democrática que precisa ser urgentemente implantada no município,

pois há um Plano de Carreira que precisa ser cumprido na íntegra, sendo um passo importante para a educação local.

Neste contexto, considerando estudos realizados por Mallet e Marquezan (2020), no processo de eleição haja olhares atentos para os:

[...] planos de Ação dos candidatos a diretores e vice-diretores das escolas municipais, as dimensões pedagógica, administrativa/financeira e de pessoas precisam estar inter-relacionadas, para que haja uma gestão da escola pública de educação básica em uma perspectiva democrática (MALLET; MARQUEZAN, p. 38, 2020).

Mas o que se vê, em algumas escolas lapenses, são gestores despreparados e sem perfil para gerir a instituição, onde a escola passa a ser chefiada, em que as ações pedagógicas são postas para agradar em primeiro lugar quem indicou a equipe diretiva, onde o diálogo e a escuta coletiva inexistem, em que o Projeto Político Pedagógico é apenas um documento para fins de cumprimento de burocratização. E o mais grave, é que isto é ensinado por parte de alguns docentes que preferem apoiar este tipo de postura à lutar pela democrática, por vários motivos, mas dois deles chamam bastante atenção: a perseguição e as vantagens de estar ao lado de quem está no poder.

Sobre a perseguição, ela ocorre de diversas maneiras, como o remanejamento, retaliações, empecilhos administrativos e pedagógicos, que tenta a qualquer custo, mostrar para o profissional “quem manda” naquele local. No que diz respeito às vantagens, o profissional fica numa condição de inércia ou favoritismo dentro da unidade de ensino.

Ambos motivos, não cabem justificativas para que elas ocorram impunemente, mas poucas são ações coletivas que lutem contra isto, pois o distanciamento estratégico das famílias e comunidades das reuniões e decisões escolares, enfraquece a luta daqueles que de algum modo denunciam e buscam meios legais de enfrentar estes acontecimentos bizarros.

Com isto, poucos têm coragem de ir em busca de seus direitos, pois a classe docente trai a própria classe, não é geral, mas acontece há muito tempo no município, na região, no Brasil. Remetendo assim, lembranças de dominação, de silêncio e de convivência, como era organizado o sistema escravocrata, em que:

A institucionalização da figura do capitão-do-mato e a definição de quilombo como qualquer ajuntamento composto de alguns poucos escravos fugitivos teriam tolhido, já no nascedouro, a formação de comunidades rebeldes com as proporções de Palmares (MARQUESE, p. 108, 2006).

Lembrando que, a citação anteriormente mencionada é para análise da estruturação de poder/status sobre o outro, e quando cita-se o capitão-do-mato, faz lembrar da traição do povo para o próprio povo. E infelizmente é o que ocorre, quando temos líderes, que antes de serem

líderes, são também professores que certamente voltarão para o posto da sala de aula e que fizeram um juramento na conclusão de sua graduação (os que possuem formação) de serem éticos no exercício de sua profissão.

E isto tudo é agravado no Período de Campanhas eleitorais, em que gera uma fase que aflora a tensão, a perseguição, dentre outras posturas antidemocráticas no cenário da educação pública. O que cabe, aos militantes resistir e buscar união para o enfretamento temporada que pode ser estendida ao período após as eleições, na qual quem fez parte das campanhas eleitorais dos políticos eleitos tem seus cargos de confiança e mordomias garantidas, do contrário, perdem cargos, lotação e “credibilidade” no contexto escolar.

Observando tudo isso, a incredulidade vem à tona, em que no séc. XXI ainda há a incorporação de uma subcultura perversa em torno da educação, que tem aprisionado o saber e a autonomia, em favorecimento do capitalismo, transformando-a em moeda de troca ao poder.

Isto não é de hoje, numa análise de Wihelm Reich autor da Obra Psicologia de massas do Facismo (1933-2001), este fez levantamentos importantes sobre o neofascismo, capitalismo, classe trabalhadora e comunismo, apresentando aspectos importantes da época, destacando o envolvimento “das massas” através das sensibilidades latentes, especialmente nas classes subalternas, além disto, de como a burguesia conduz o proletariado ao fracasso com promessas sórdidas de solução, que na verdade, aproxima-os ainda mais dos abismos sociais, ludibriando-os como se fossem antídotos das problemáticas existentes (REICH, 2001).

Quando tudo isso ocorre no esfera educacional, em casos isolados ou não, além de prejudicar a rede de ensino, fragiliza o processo de ensino e aprendizagem dos educandos, pois desmotiva, gera conflitos, incoerências que refletem diretamente na práxis docente. E, o espaço que tem um papel predefinido por Lei, uma filosofia de educar para a vida, se perdem nestas barreiras tão complexas de serem enfrentadas, demandando, que:

[...] a democratização dos ambientes também passa a ser considerada indispensável para uma boa administração. O ato de administrar transforma-se, portanto, em algo abstrato e a-histórico: naturaliza-se o esforço cooperativo, a necessidade de um bom administrador, a importância da participação, independentemente de qualquer conjuntura (DE CARVALHO, p. 56, 2012).

Sobretudo, dentre os inúmeros desafios a serem superados, há integrantes da educação que são inteirados de conhecimentos e possuem o interesse de mudar esta realidade, são nestas pessoas que a esperança e a motivação são renovadas a cada dia.

Vale ressaltar que, os relatos e discussões referidos não tratam-se de uma crítica a existência da política partidária no âmbito educacional, debate-se então, as intencionalidades

ocultas que permeiam as intensões nefastas por trás de partidos políticos e seus líderes, pois haja vista que a escola também é espaço para pensar, discutir e analisar as políticas partidárias, tendo ela o poder de escolher coletivamente qual ideologia irá ou não defender. Mas isto, tem que partir dos interesses e necessidades de todos os indivíduos que a compõem, não exclusivamente de seus líderes políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões advindas deste estudo, não é pela busca do distanciamento da escola para com a política, mas, pela necessidade das escolas blindarem-se quanto às influências negativas da Política Partidária, que beneficia um conjunto de pessoas, com intuítos meramente capitalistas e de poder, que afetam diretamente na garantia da qualidade de ensino/aprendizagem, deturpando os direitos das crianças e adolescentes, conquistados até então com muita luta social.

Que até então, tenta subestimar o poder que o povo tem de escolha e de decidir sobre ações políticas brasileiras, tornando visível o interesse em dominar a sociedade, a partir do momento que tentam silenciar, oprimir e negar o saber, que é a principal forma do cidadão de derrubar as intencionalidades e atos incoerentes frente ao perfil neoliberal de gerir e administrar as escolas públicas.

Além disto, pode-se destacar que o Governo de qualquer esfera não caminha sozinho, pois tem o aval de muitos, alienados ou não, todos são partícipes deste processo, o que cabe é analisar criticamente, posicionar-se e lutar por interesses coletivos, o que ainda parece para alguns ser uma utopia, para outros são metas a serem enfrentadas.

Por fim, espera-se que este artigo represente a voz dos docentes e profissionais de educação, que tentam de algum modo vencer a mazelas herdadas de outras épocas, que inspire outras publicações, assim como ações de luta, militância e resistência.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. A escola reflexiva. **Escola reflexiva e nova racionalidade**, p. 15-30, 2001.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, n. 2, p. 157-168, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988**. 10 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Publicada no Diário Oficial de 23 de dezembro de 1996.

DE CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves. Gestão escolar: da centralização à descentralização. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, p. 39-59, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**. Edições Loyola, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. Escola pública brasileira, um sonho frustrado: falharam as escolas ou as políticas educacionais. **LIBÂNEO, José Carlos; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. Didática e escola em uma sociedade complexa. Goiânia: CEPED**, p. 75-95, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MALLET, Aniele Beladona; MARQUEZAN, Fernanda Figueira. A eleição de diretores em escolas municipais e sua relação com o princípio de gestão democrática. **Revista Educação em Debate**, v. 42, n. 82, 2020.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos CEBRAP**, n. 74, p. 107-123, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Boitempo editorial, 2005.

PARO, Vitor Henrique. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. **Educação e pesquisa**, v. 28, n. 2, p. 11-23, 2002.

REICH, Wilhelm (1933-2001) **Psicologia de massas do Fascismo**. Tradução: Maria da Graça M. Macêdo. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

SAVIANI, Nereide. Escola e luta de classes na concepção marxista de educação. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 3, n. 1, p. 7-14, 2011.

SCHMITTER, Philippe C. Reflexões sobre o conceito de política. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, v. 8, n. 2, p. 45-60, 1965.

SEFFNER, Fernando. Escola pública e função docente: pluralismo democrático, história e liberdade de ensinar. **Golpes na História e na escola: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI**. São Paulo: Cortez, p. 199-216, 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Quem é o povo no Brasil?**. Editôra Civilização Brasileira, 1962.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; **EDUCAÇÃO, Marxismo; HUMANA, Emancipação**. Teoria pedagógica marxista, educação escolar e luta de classes. **CRÍTICA AO Esvaziamento da Educação Escolar**, p. 17, 2013.

SOBRE AS AUTORAS:

Deise Bastos de Araújo

Pós-graduanda em Gestão e Políticas Públicas para a Educação Básica (UNEB); Professora da Rede Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa-BA; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais Diversidade e Educação do Campo e da Cidade (GPEMDECC-UESB). E-mail: deisetkd@hotmail.com

Gisele Ferreira Amorim

Mestranda do programa de Pós-graduação em Educação – PPGED/UESB; Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Membro do Observatório da Infância e Educação Infantil (OBEI). E-mail: giseleksgl@hotmail.com